

MAPAS MENTAIS NA PESQUISA QUALITATIVA: RELATO DE UMA TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bianca Polli Rodrigues¹

RESUMO

Este relato de experiência apresenta a utilização de mapas mentais como recurso metodológico em uma pesquisa qualitativa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2024. A investigação teve como objetivo compreender as práticas pedagógicas voltadas à promoção do contato da criança com a natureza na Educação Infantil, sendo realizada em instituições públicas de uma cidade com características predominantemente rurais, cujas escolas funcionam em prédios históricos adaptados. O uso dos mapas mentais emergiu como necessidade no campo, diante da limitação das fichas estruturadas e da impossibilidade de registros audiovisuais durante as observações, que ocorriam em contextos dinâmicos e abertos. Com base nos aportes teóricos de Wheeldon e Faubert (2009), Wille (2010) e Fenner (2018), os mapas foram utilizados como forma de registro não linear, sensível e visual, permitindo a organização de palavras-chave, símbolos e cores, articulados a um diário de campo descritivo. Essa combinação possibilitou captar as experiências vividas com maior fidelidade e profundidade, evitando julgamentos e favorecendo a escuta atenta das práticas docentes. A construção dos mapas foi realizada ao longo de diversos dias de observação, com codificações específicas que distinguiam acontecimentos efetivos de proposições analíticas. A experiência contribuiu significativamente para a formação da autora, ao revelar a potência investigativa dos mapas mentais na sistematização de dados e na construção de uma postura ética, reflexiva e sensível diante do campo. Como desdobramentos, a prática resultou na elaboração de artigo científico, realização de oficinas formativas e aprofundamento da proposta no mestrado em Educação, consolidando o mapa mental como trilha metodológica potente na pesquisa qualitativa em educação.

Palavras-chave: Formação docente, Pesquisa qualitativa, Educação Infantil, Mapas mentais.

INTRODUÇÃO

A pesquisa qualitativa, especialmente quando voltada à Educação Infantil, exige do pesquisador um olhar atento, ético e sensível diante das experiências humanas que se desenrolam no cotidiano escolar. Investigar as práticas pedagógicas nesse campo implica acolher a complexidade das relações entre sujeitos, espaços e materiais, reconhecendo que o vivido não se reduz a dados objetivos, mas envolve dimensões simbólicas, afetivas e

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, biancapollirodrigues@gmail.com;

contextuais. Foi nesse horizonte que se desenvolveu a investigação que originou este relato de experiência, realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. O estudo buscou compreender de que forma as professoras da Educação Infantil promovem o contato das crianças com a natureza, a partir da observação de suas práticas cotidianas em instituições públicas situadas em uma cidade de características predominantemente rurais.

Durante a imersão no campo, marcada por rotinas dinâmicas, espaços abertos e interações espontâneas entre crianças e natureza, emergiu uma questão metodológica central: como registrar, com fidelidade e sensibilidade, a multiplicidade das experiências observadas? As fichas estruturadas, inicialmente utilizadas como instrumento de registro, revelaram-se insuficientes para captar o movimento e a espontaneidade que caracterizam as práticas pedagógicas com crianças pequenas. A impossibilidade de uso de gravações audiovisuais, por razões éticas e logísticas, ampliou esse desafio e motivou a busca por alternativas que acolhessem a natureza fluida e sensorial do campo investigado.

Dessa necessidade surgiu o uso dos mapas mentais como ferramenta metodológica de registro e análise. Inspirada nas contribuições de Wheeldon e Faubert (2009), Wille (2010) e Fenner (2018), a autora passou a utilizá-los como recurso de representação gráfica e reflexiva das experiências vividas. Os mapas, construídos manualmente ao longo das observações, permitiram registrar ideias, movimentos e acontecimentos de forma não linear, articulando palavras-chave, símbolos e cores. Essa abordagem visual e sensível possibilitou captar nuances, contradições e significados que poderiam escapar aos registros convencionais, favorecendo uma escuta atenta e uma análise mais orgânica das interações observadas.

A introdução dos mapas mentais na pesquisa representou uma virada metodológica, pois transformou o modo de olhar e de produzir conhecimento sobre o campo. O processo de construção desses registros, combinado ao diário descritivo, constituiu uma trilha de investigação que uniu o rigor analítico à abertura interpretativa, permitindo que as práticas docentes fossem compreendidas em sua complexidade e singularidade.

Dessa forma, este relato tem como objetivo apresentar a experiência de utilização dos mapas mentais como recurso metodológico na pesquisa qualitativa em Educação, destacando sua potência investigativa e formativa. A proposta situa-se na interface entre o fazer docente e o fazer pesquisador, reafirmando que a produção científica pode emergir da escuta sensível, da observação reflexiva e do compromisso ético com os sujeitos e territórios da infância.



METODOLOGIA

O percurso metodológico desta investigação foi delineado sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, que, segundo André (2001) busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, considerando a complexidade e a singularidade dos contextos educacionais. A abordagem foi orientada pelo princípio da escuta sensível e da observação participante, características essenciais quando o campo de estudo envolve as interações entre crianças, professores e ambientes educativos.

A pesquisa foi desenvolvida em Centros Municipais de Educação Infantil localizados em uma cidade de predominância rural, cujas escolas funcionam em prédios adaptados, com espaços externos amplos e forte relação com a natureza. O estudo integrou o Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, e teve como objetivo compreender as práticas pedagógicas que favorecem o contato das crianças com elementos naturais.

O processo investigativo ocorreu em etapas, iniciando pela inserção no campo, observações sistemáticas e registros reflexivos. Inicialmente, foi adotada uma ficha estruturada de observação, composta por eixos temáticos relacionados ao uso dos espaços, à mediação docente e às atividades de exploração sensorial. Entretanto, ao longo das vivências, tornou-se evidente que tal instrumento não era capaz de captar a espontaneidade e o dinamismo característicos da rotina das crianças pequenas. Essa constatação motivou uma mudança metodológica, que resultou na adoção dos mapas mentais como principal recurso de registro e análise.

Os mapas mentais foram elaborados in loco, de maneira artesanal e processual, ao longo de vários dias de observação. Neles, a pesquisadora organizava palavras-chave, símbolos e cores que representavam os acontecimentos, as interações e as percepções emergentes do campo. Essa estratégia possibilitou uma forma de anotação mais fluida e responsável, preservando a riqueza do vivido sem a necessidade de interrupções para longas descrições textuais. Posteriormente, cada mapa foi articulado a um diário de campo descritivo, o que permitiu aprofundar a interpretação dos dados e confrontar impressões iniciais com registros detalhados.

A adoção dos mapas mentais baseou-se nos aportes de Wheeldon e Faubert (2009), Wille (2010) e Fenner (2018), que compreendem esse recurso como instrumento de pensamento visual capaz de articular lógica e imaginação, favorecendo a construção de

significados e a análise reflexiva das experiências. Na pesquisa, eles assumiram papel metodológico e formativo: além de auxiliar na sistematização das informações, possibilitaram à pesquisadora um processo de autoescuta e de aperfeiçoamento do olhar investigativo.

Os registros foram produzidos manualmente e organizados segundo um código cromático que distingua a descrição objetiva das interpretações analíticas. Essa escolha visou garantir o rigor e a transparência do processo de análise, minimizando vieses e assegurando que as inferências teóricas fossem fundamentadas em evidências empíricas. A produção dos dados ocorreu em consonância com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, respeitando o anonimato das instituições e dos sujeitos envolvidos.

A experiência reafirmou a importância de dispositivos abertos e criativos na pesquisa qualitativa em Educação, especialmente quando o campo envolve a infância. O uso dos mapas mentais revelou-se uma alternativa potente às técnicas tradicionais de registro, permitindo captar dimensões sensoriais, afetivas e relacionais do cotidiano escolar que dificilmente seriam expressas em narrativas lineares. Assim, a metodologia adotada não apenas sustentou o rigor científico da investigação, mas também ampliou sua sensibilidade, aproximando a produção de conhecimento da vivência real e concreta das práticas educativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da infância como um tempo de experiências integrais, em que o corpo, a imaginação e o ambiente se entrelaçam, constitui um dos fundamentos centrais da Educação Infantil contemporânea. O contato direto com a natureza, a liberdade para explorar e a convivência com os elementos do entorno são dimensões fundamentais para o desenvolvimento sensorial, cognitivo e emocional das crianças. Tiriba (2018) defende que a natureza não deve ser vista como um simples cenário para o brincar, mas como uma dimensão constitutiva da infância, na qual a criança se descobre como parte do mundo vivo. Essa perspectiva é compartilhada por Louv (2016), ao alertar para os impactos do que denomina “transtorno do déficit de natureza”, expressão que simboliza a perda de experiências corporais e afetivas com o ambiente natural, gerando empobrecimento sensorial, desatenção e fragilidade emocional.

A ausência de vivências com a natureza, associada à crescente urbanização e à cultura da assepsia, cria o que Tiriba (2018) chama de “emparedamento da infância”,

fenômeno que reduz o tempo e o espaço de movimento das crianças, confinando-as em rotinas rígidas e ambientes controlados. Esse emparedamento afeta não apenas o corpo infantil, mas também o olhar do adulto, que passa a compreender a natureza como risco ou sujeira, e não como possibilidade pedagógica. Nesse cenário, a Educação Infantil assume papel decisivo: cabe às instituições e aos educadores restituir o vínculo entre criança e ambiente, resgatando o caráter exploratório, criativo e sensível das experiências.

Entretanto, compreender a relação entre criança e natureza no contexto escolar requer instrumentos investigativos capazes de captar o vivido em sua totalidade. As interações que se estabelecem nesse campo são marcadas por múltiplas linguagens — gestos, expressões, sons, silêncios, movimentos — e escapam às formas tradicionais de registro baseadas em categorias fixas. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa apresenta-se como abordagem epistemológica adequada, por permitir o mergulho interpretativo nas experiências e reconhecer o pesquisador como sujeito implicado no processo (André, 2001). O rigor na pesquisa qualitativa não se mede pela neutralidade, mas pela reflexividade: pela capacidade de o pesquisador explicitar seus percursos, escolhas e interpretações de forma ética e fundamentada.

É nesse contexto que emergem os mapas mentais como recurso metodológico potente. Para Wheeldon e Faubert (2009), os mapas mentais constituem ferramentas visuais que favorecem o registro e a análise de ideias, experiências e conexões, sem a linearidade imposta pelo texto convencional. Trata-se de uma forma de pensamento gráfico, que combina palavras, símbolos e cores para representar relações e significados, estimulando tanto a criatividade quanto o rigor analítico. Fenner (2018) complementa que os mapas mentais operam como mediadores cognitivos e afetivos, pois permitem que o pesquisador visualize o caminho do próprio pensamento, reconheça tensões e perceba padrões emergentes nos dados.

Wille (2010) acrescenta que o mapa mental é um recurso que amplia a autonomia e a consciência sobre o processo investigativo, na medida em que convida o pesquisador a reorganizar o conhecimento de modo autoral e reflexivo. No campo da Educação, essa abordagem dialoga com metodologias abertas, que valorizam o aprender pela experiência e a construção coletiva de sentidos. Ao ser incorporado à pesquisa com crianças, o mapa mental favorece uma escuta ampliada, sensível e visual, capaz de traduzir a multiplicidade das interações que caracterizam o cotidiano da Educação Infantil.



Assim, o referencial teórico que sustenta esta experiência integra três dimensões complementares: a concepção de infância em relação à natureza, o paradigma qualitativo e a cartografia visual como linguagem investigativa. Juntas, essas dimensões apontam para uma epistemologia do sensível — uma forma de produzir conhecimento que não separa razão e emoção, teoria e experiência, sujeito e ambiente. Nesse horizonte, os mapas mentais deixam de ser meras ferramentas gráficas e passam a configurar-se como trilhas metodológicas que acompanham o movimento da pesquisa, permitindo registrar o vivido com rigor, fluidez e abertura interpretativa.

Ao adotar essa perspectiva, a pesquisa reafirma que investigar a infância é também reinventar os modos de olhar, escutar e registrar. A experiência com os mapas mentais demonstrou que é possível unir precisão metodológica e sensibilidade investigativa, ampliando o alcance da pesquisa qualitativa e fortalecendo a compreensão das práticas pedagógicas que aproximam as crianças da natureza e de si mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização dos mapas mentais na pesquisa qualitativa revelou-se um processo de descoberta e de reelaboração contínua do olhar investigativo. Ao longo das observações realizadas em Centros Municipais de Educação Infantil, foi possível compreender que esse recurso ultrapassa a função de registro, assumindo o papel de mediador entre a pesquisadora, o campo e os sujeitos da investigação. O uso dos mapas favoreceu a construção de uma escuta ampliada, que valorizou tanto o visível — os gestos, os movimentos e as ações das crianças — quanto o invisível, representado pelas intenções, afetos e sentidos emergentes das práticas pedagógicas.

Cada mapa elaborado constituiu um fragmento singular do vivido, expressando a dinâmica própria das interações entre professoras, crianças e natureza. Por meio de cores, setas e palavras-chave, os registros captaram o fluxo das experiências de maneira não linear, preservando sua simultaneidade e complexidade. Essa abordagem possibilitou que as observações deixassem de ser meras anotações descriptivas e se transformassem em representações gráficas da realidade, nas quais as relações entre os elementos ganhavam forma visual. Ao revisitá-los, a pesquisadora pôde identificar padrões, recorrências e tensões,



reconhecendo a natureza como eixo central da vida cotidiana das instituições, ainda que nem sempre plenamente valorizada nas práticas docentes.

Entre as principais constatações, observou-se que, embora os espaços externos estivessem disponíveis, seu uso era frequentemente limitado por razões institucionais ou culturais. As professoras demonstravam receio de permitir a livre exploração, justificando-se por motivos como o tempo frio, a sujeira ou a falta de estrutura adequada. Essa postura revela o que Tiriba (2018) denomina “cultura da limpeza”, um conjunto de valores que associa o contato com a natureza à desordem e à impureza. Entretanto, mesmo diante dessas restrições, as crianças criavam brechas de liberdade, encontrando na areia, nas folhas e na água oportunidades de brincar e descobrir. Essa resistência silenciosa das infâncias evidencia o que Louv (2016) chama de “biofilia ativa” — a necessidade humana de conexão com o ambiente natural, que persiste apesar das limitações impostas pelo mundo adulto.

Os mapas mentais tornaram visíveis esses paradoxos. Em muitos registros, as palavras associadas às ações infantis — “cavar”, “misturar”, “coletar”, “observar” — contrastavam com expressões anotadas durante as falas das professoras, como “vai se sujar”, “depois limpa”, ou “não mexe aí”. Essa tensão entre controle e descoberta emergiu como uma categoria central de análise, revelando o embate entre uma pedagogia do emparedamento e uma pedagogia da exploração. Ao mesmo tempo, os registros mostraram momentos de abertura e encantamento, nos quais o olhar docente se deslocava para o sensível, reconhecendo nas pequenas ações das crianças gestos de investigação e curiosidade científica.

Outro aspecto relevante foi a transformação da própria pesquisadora ao longo do processo. Ao utilizar os mapas mentais como ferramenta metodológica, a autora desenvolveu uma postura mais reflexiva e consciente sobre sua presença no campo. O ato de desenhar e organizar visualmente as observações funcionou como exercício de autorreflexão, permitindo-lhe perceber o quanto suas interpretações eram atravessadas por experiências, valores e emoções. Assim, o mapa mental tornou-se não apenas um instrumento de registro, mas um espaço de diálogo entre subjetividade e rigor, entre sensibilidade e análise crítica — conforme apontam Wheeldon e Faubert (2009).

A análise dos mapas também revelou a potência dessa ferramenta para sustentar o processo de triangulação dos dados. Ao articular as representações visuais com o diário de campo e as anotações reflexivas, foi possível identificar convergências e discrepâncias entre o planejado e o vivido, bem como entre a intenção pedagógica e o agir cotidiano. Essa

integração contribuiu para o aprofundamento interpretativo, oferecendo um olhar mais complexo sobre o fenômeno estudado.

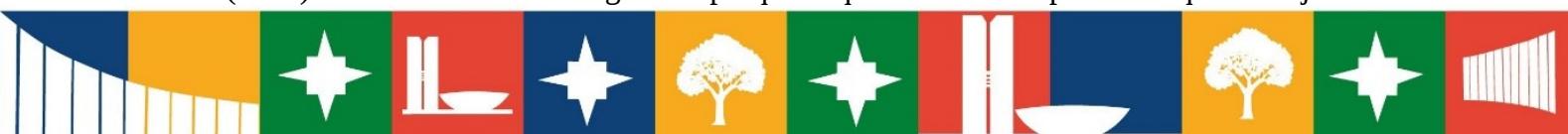
Os resultados indicam, portanto, que o uso dos mapas mentais ampliou a compreensão da relação entre criança e natureza na Educação Infantil e, simultaneamente, fortaleceu a formação. A experiência demonstrou que as ferramentas gráficas, quando empregadas com intencionalidade teórica e ética, podem favorecer práticas investigativas mais sensíveis e comprometidas com o contexto real da escola.

Em síntese, os mapas mentais revelaram-se trilhas metodológicas capazes de integrar o pensamento visual ao analítico, o sensível ao científico, e o vivido ao teorizado. Eles permitiram que o cotidiano fosse lido não como dado fixo, mas como narrativa em movimento — um conjunto de experiências que fala por meio de cores, linhas e gestos. Assim, a experiência reafirma a necessidade de metodologias abertas e criativas na pesquisa em Educação, especialmente quando o foco recai sobre as infâncias e suas relações com o mundo natural. O olhar que se amplia no traçado dos mapas é o mesmo que se refaz na formação do pesquisador: um olhar que aprende com o campo, com o inesperado e com a potência das pequenas descobertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência apresentada neste relato reafirma a potência dos mapas mentais como recurso metodológico na pesquisa qualitativa em Educação, especialmente quando aplicada à Educação Infantil. Mais do que uma técnica de registro, os mapas se configuraram como uma forma de pensar e sentir a pesquisa, permitindo traduzir em imagens, cores e palavras o movimento vivo das interações observadas. Ao acompanhar o cotidiano das práticas docentes voltadas ao contato das crianças com a natureza, essa ferramenta tornou visíveis aspectos que dificilmente seriam captados por registros convencionais, possibilitando uma leitura mais sensível e complexa do campo investigativo.

A construção dos mapas mentais revelou-se um exercício de escuta e de autoria. Ao desenhar suas percepções, a pesquisadora não apenas registrava dados, mas também se colocava em processo de reflexão contínua, reconhecendo as próprias interpretações e repositionando seu olhar diante do vivido. Essa dimensão reflexiva reforça o que André (2001) defendem sobre o rigor na pesquisa qualitativa: compreender que a objetividade





científica não está na ausência de subjetividade, mas na sua explicitação e análise crítica. Assim, o uso dos mapas mentais contribuiu para a formação da pesquisadora enquanto docente-investigadora, fortalecendo uma postura ética, sensível e metodologicamente consciente.

No campo empírico, a investigação revelou que, embora as instituições disponham de espaços externos e recursos naturais, ainda persistem barreiras culturais que limitam as experiências das crianças com o ambiente. A recorrência de atitudes de controle, higienização e restrição evidencia a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e de ampliar a compreensão docente sobre o valor educativo da natureza. Nesse sentido, o uso dos mapas mentais também se mostrou formativo para a análise das práticas: ao tornar visíveis as tensões entre o discurso e a ação, os mapas ajudaram a evidenciar caminhos possíveis para uma pedagogia mais aberta, investigativa e conectada à sensorialidade da infância.

A experiência demonstra que os mapas mentais podem funcionar como trilhas visuais de pesquisa, articulando observação, interpretação e análise em um mesmo movimento. Sua flexibilidade e capacidade de integrar diferentes dimensões do vivido fazem deles uma ferramenta promissora para investigações que valorizam o olhar situado e a escuta atenta. Além de ampliar o rigor e a profundidade da análise, essa abordagem convida o pesquisador a desenvolver um modo de conhecer que une o sensível ao reflexivo, a imagem à palavra, o desenho ao pensamento.

Como desdobramento, o estudo abre caminhos para que novas pesquisas explorem o uso dos mapas mentais em outros contextos formativos — tanto na formação de professores quanto em práticas de extensão universitária. Também se destaca a possibilidade de雇用 o recurso de modo colaborativo, envolvendo docentes, estudantes e crianças como coautores dos registros, o que pode fortalecer uma cultura de investigação compartilhada e horizontal.

Conclui-se, portanto, que o uso dos mapas mentais na pesquisa qualitativa não apenas amplia os modos de ver e registrar a realidade, mas também transforma a própria experiência de pesquisar. Eles ensinam a olhar com paciência, a escutar com atenção e a compreender o cotidiano como um território de aprendizagens múltiplas. Ao se tornarem cartografias do vivido, os mapas mentais reafirmam que a produção de conhecimento em Educação é, antes de tudo, um exercício de sensibilidade — um modo de estar no mundo que combina rigor, ética e encantamento diante da complexidade do humano e da infância.



REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso.** In: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: fundamentos e práticas*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 117–133.

FENNER, G. Mapas Mentais: Potencializando Ideias. São Paulo: Brasport, 2018.

LOUV, R. **A última criança na natureza:** Resgatando nossas crianças do transtorno do déficit da natureza. 1. ed. São Paulo: Aquariana, 2016. 412 p. ISBN 978-85-7217-174-8.

TIRIBA, L. **Educação Infantil como direito e alegria:** Em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. v. 308. ISBN 978-85-7753-339-8.

WHEELDON, J.; FAUBERT, J. Framing experience: concept maps, mind maps, and data collection in qualitative research. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 8, n. 3, p. 68–83, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261772908_Framing_Experience_Concept_Maps_Mind_Maps_and_Data_Collection_in_Qualitative_Research. Acesso em: 15 abr. 2025.

WILLE, Marina Ferreira de Castro. **O uso do mapa mental como um facilitador para a criação de conhecimento.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2010. Orientadora: Helena de Fátima Nunes Silva. Banca: Hélio Gomes de Carvalho; Sonia Maria Breda; Tânia Stoltz.